

PROFISSIONAIS QUE EXERCEM O CUIDADO NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO INFANTOJUVENIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

KAIANE PASSOS TEIXEIRA¹; MILENA MUNSBERG KLUMB²; ELLEN COSTA VAZ³; LAVÍNIA LOPES DA SILVA⁴; VIVIANE MARTEN MILBRATH⁵; RUTH IRMGARD BARTSCHI GABATZ⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Enfermagem – kaiane_teixeira@yahoo.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Enfermagem – milenaklumb@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Enfermagem – ellencostavaz08@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Enfermagem – silvalavinia124@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Enfermagem – vivianemarten@hotmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Enfermagem – r.gabatz@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

No século XVII o abandono de crianças era corriqueiro e aceito na sociedade, assim, havia forte atuação das instituições de acolhimento (ARAÚJO *et al*, 2014). No século XVIII, foram criadas as Rodas dos Expostos, que consistiam em um cilindro rotatório que interligava a parte externa das instituições com a parte interna, onde os enjeitados eram deixados. Isso permitia o anonimato dos pais que abandonavam e garantia um local para diminuir o risco de morte dessas crianças (VENANCIO, 2010).

Posteriormente, por meio do Decreto Nº 16.272 de 1923, foi regulamentada a assistência e proteção aos menores abandonados e aos delinquentes (BRASIL, 1923). Contudo, apenas em 1990 com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que, de fato, os direitos foram assegurados, pois estabeleceu-se como responsabilidade familiar, social e dos poderes públicos, assegurar a efetividade do desenvolvimento saudável e identificação de vulnerabilidades (BRASIL, 1990).

Atualmente, há 29.206 crianças e adolescentes em situação de acolhimento no Brasil, sendo aproximadamente 5.290 locais que prestam esse serviço, por meio de instituições ou famílias acolhedoras (SNA, 2021). Essas instituições promovem os cuidados para o desenvolvimento de crianças e adolescentes ali assistidos, sendo imprescindível que as cuidadoras desempenhem o acolhimento baseado no afeto, para que os acolhidos se sintam reinseridos socialmente e confortáveis em manifestar seus sentimentos (BRASIL, 2009).

Além de suprir as necessidades básicas, as cuidadoras devem construir um ambiente de convivência positiva, que proporcione apoio, supervisão e orientação dos acolhidos, preparando-os para a quebra do vínculo na instituição e (re)inserção familiar. Somado a isso, é indispensável a sensibilidade para lidar com as mais diversas situações que se apresentam no cotidiano, utilizando-se o vínculo para estabelecer diálogos e a empatia para compressão (MEDEIROS; MARTINS, 2018).

Considerando que as cuidadoras se tornam referência no ambiente institucional e sua função é imprescindível para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, objetivou-se conhecer o que tem sido publicado sobre profissionais cuidadores e seu papel nas instituições de acolhimento infantojuvenil.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa norteada pelos passos de Mendes, Silveira e Galvão (2019), buscando responder a questão: “O que tem sido publicado nos últi-

mos 10 anos (2011–2021) sobre os profissionais que exercem o cuidado nas instituições de acolhimento infantojuvenil?”; Na busca e seleção dos estudos primários, utilizou-se as bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Index de Psicologia, Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (Medline) e Sage Journals; depois houve a extração de dados; então a avaliação crítica; por fim a síntese dos resultados e a apresentação da revisão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2019).

Como descritores usou-se cuidador and acolhimento em português; *caregiver* and *host* em inglês; e *cuidador* and *acogimiento* em espanhol. Adotou-se como critério de inclusão os estudos originais publicados entre 2011 a 2021, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem o cuidador/educador de crianças e/ou adolescentes, tanto em acolhimentos feitos em casas quanto em instituições.

Buscou-se nas bases de dados Lilacs e Index de Psicologia aplicando o limite de ano e os idiomas, encontrando 90 artigos, após leitura de títulos e resumos 19 artigos foram selecionados para leitura na íntegra, após essa etapa nove artigos foram selecionados. Na base de dados Medline encontrou-se inicialmente 68 artigos, após a leitura de títulos e resumos, apenas um foi selecionado para leitura na íntegra, que não se enquadrou nos critérios de inclusão. Na base Sage Journals foram encontrados 2.413 estudos na busca inicial, oito foram selecionados para leitura na íntegra e apenas dois cumpriram os critérios de inclusão.

Dessa forma, 11 artigos apresentavam-se de acordo com o objetivo da pesquisa. Para fazer a codificação dos dados utilizou-se o software *Qualitative Data Analysis* (webQDA), ferramenta na qual é possível categorizar, codificar, controlar, filtrar, procurar e questionar os dados visando responder às questões da investigação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os 11 estudos encontrados, dois eram no idioma inglês e nove em português sendo eles realizados em diversos países: um artigo na Guatemala, um na Tanzânia, um em Portugal e na Espanha e os demais referiam-se as instituições de acolhimento no Brasil.

A partir da análise dos estudos, pode-se perceber que os profissionais que atuam nas instituições de acolhimento compreendem que a formação de vínculo é indispensável para o desenvolvimento e a socialização de crianças e adolescentes (HALPERN; LEITE; MORAES, 2015; GABATZ; SCHWARTZ; MILBRATH, 2019). No entanto, destacam a dificuldade em desvincular o sentimento pessoal da função profissional, causando sofrimento ao cuidador na quebra de vínculo quando há adoção ou retorno de crianças e adolescentes às famílias biológicas (VIK *et al.*, 2018; GABATZ *et al.*, 2018).

As pesquisas abordam que o cuidado está diretamente ligado ao atendimento das necessidades relacionadas a alimentação e higiene, bem como, a realização de atividades recreativas e conversas orientadoras (GABATZ *et al.*, 2018; BERNARDES, MARIN, 2019).

Outro ponto destacado nos estudos foi a falta de capacitação dos profissionais cuidadores institucionais, que relatam a dificuldade em promover o cuidado com crianças e adolescentes que já sofreram algum tipo de violência e a escassez de informações sobre o histórico desses, o que gera uma barreira no processo (HALPERN; LEITE; MORAES, 2015). Além disso, o adoecimento psíquico, a sobrecarga de trabalho e a desvalorização apresentaram-se como importantes fragilidades para o desempenho de função de cuidador (MORAES *et al.*, 2012).

4. CONCLUSÕES

A pesquisa permitiu identificar que os cuidadores de instituições de acolhimento infantojuvenil são responsáveis pelo amparo físico e emocional de crianças e adolescentes acolhidos, também foi evidenciada a insegurança dos profissionais quanto ao conhecimento para desempenhar o cargo e o desamparo psicológico para lidar com situações do cotidiano. Assim, torna-se necessário a criação de programas de capacitação a serem implementados previamente a ocupação do cargo, bem como, a realização de educação continuada.

Ressalta-se a escassez de estudos com foco na perspectiva dos cuidadores, o que é imprescindível para o desenvolvimento de políticas que contribuam em potenciais melhorias desse sistema de relevância social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, J.P.; SILVA, R.M.M.; COLLET, N.; NEVES, E.T.; TOSO, B.R.G.O.; VIEIRA, C.S.. História da saúde da criança: conquistas, políticas e perspectivas. **Rev Bras Enferm**, v. 67, n.6, p. 1000-1007, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/rBsdPF8xx9Sjm6vwX7JLYzx/abstract/?lang=pt>

BERNARDES, J.W.; MARIN, A.H.. Intervenção com educadoras sociais no contexto de acolhimento institucional: relato de experiência. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 2, p. 117-130, 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000200009&lng=pt&nrm=iso

BRASIL. **Decreto nº 16.272**, de 20 de Dezembro de **1923**. EMENTA: Approva o regulamento da assistência e protecção aos menores abandonados e delinquentes. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16272-20-dezembro-1923-517646-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=4.242%2C%20de%205%20de%20janeiro,da%20Justi%C3%A7a%20e%20Negocios%20Interiores>

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia Para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

_____. Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. 2 ed. 2009. 168p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf

GABATZ, R.I.B.; SCHWARTZ, E.; MILBRATH, V.M.; CARVALHO, H.C.W.; LANGE, C.; SOARES, M.C.. Formação e rompimento de vínculos entre cuidadores e crianças

institucionalizadas. **Rev Bras Enferm** v.71 (suppl 6):2808-16, 2018. Disponível: <https://www.scielo.br/j/reben/a/RMyG78ZnTyFQcW94x9zPVmy/?lang=pt&format=pdf>

GABATZ, R.I.B.; SCHWARTZ, E.; MILBRATH, V.M.. Perspectivas adotadas pelos cuidadores na interação com a criança institucionalizada. **Rer. Enferm. UFSM**, v.9, e18, p.1-18, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/28411>

HALPERN, E.E.; LEITE, L.M.C.; MORAES, M.C.M.B. SELEÇÃO, CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DA EQUIPE DE PROFISSIONAIS DOS ABRIGOS: O HIATO ENTRE O PRESCRITO E O REAL. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 1, p. 91-113, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/XGzpmM8WPq4ht7JMjMcB-nrk/abstract/?lang=pt>

MEDEIROS, B.C.D.; MARTINS, J.B.. O Estabelecimento de Vínculos entre Cuidadores e Crianças no Contexto das Instituições de Acolhimento: um Estudo Teórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.38, n.1, 2018. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/9CCNYDprQfncG99dgj4VNnK/?format=pdf&lang=pt>

MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO, C.M.. Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa. **Texto & Contexto Enfermagem**, v.28: e20170204, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/HZD4WwnbqL8t7YZpdWSjypj/?lang=pt>

MORAES, M.C.M.B.; LEMOS, A.A.; ALVES, D.G.; HALPERN, E.E; LEITE, L.C.. SAÚDE MENTAL DE CUIDADORES DE ABRIGOS PARA ADOLESCENTES COM TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS OU NEUROLÓGICOS. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 507-525, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/vsZcZtHs9DPvKvMt67fPMTb/abstract/?lang=pt>

SNA, Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. 2021. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=currsel&select=clearall>

VENANCIO, R.P. **Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil**: séculos XVIII-XX. Alameda Casa Editotial, 2010. 360p.

VIK, K.; DAUDI, V.Z.; KAJULA, L.J.; ROHDE, R.; UBUGUYU, O.S.; SAIBULU, J.N.. Infancy and Caring: Descriptions from Motherless Infants' Caregivers in an Institution in Rural Tanzania. **Psychology and Developing Societies**, v.30, n.1, p.105-125, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0971333617749141>

WEBQDA. **Software Qualitative Data Analysis**. 2016. Disponível em: <https://www.webqda.net/o-webqda/>